



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

13  
JP  
009

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0019355-**

**9/01**

**EMBARGANTE:** COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE SALGUEIRO LTDA.

**EMBARGADO:** IAP. S/A - INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**ACÓRDÃO N.º 03/2010**

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. PREQUESTIONAMENTO QUE SE DEVE PRENDER A UMA DAS CAUSAS DE EMBARGABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. 1. A finalidade do prequestionamento é dar cognoscibilidade futura à matéria que, tendo sido deduzida pelas partes, foi mal aclarada pelo respectivo Tribunal. Contudo, o STJ tem aceitado o prequestionamento implícito, consistente na abordagem, pelo Tribunal local, "da tese jurídica, sem explicitação do artigo de lei sobre o qual está o embasamento jurídico". (AGA 239836 / SP. Rel. Min. Eliana Calmon. Segunda Turma. Maioria. DJ DATA: 24/11/2003 PG: 00238). 2. A teor da decisão embargada, inexistente causa para a interposição dos aclaratórios, pois a matéria recorrida encontra-se explícita e bem delineada. O descontentamento do embargante com o decidido no acórdão não se afeiçoa com a finalidade esclarecedora ou integrativa dos embargos de declaração. 3. A contradição que enseja interposição de embargos declaratórios deve existir dentro do próprio acórdão atacado e não o comparando com outras decisões já prolatadas no processo. 4. O órgão judicial não pode ser compelido a fazer considerações a respeito de todos os pontos arguidos pelas partes. Na realidade, a lei exige que o julgador fundamente a decisão, apresentando os elementos que serviram de base à formação do seu convencimento, desde que sejam estes suficientes ao deslinde da controvérsia. Tendo o magistrado encontrado lastro jurídico suficiente a formular o juízo decisório, não se faz necessária aludir a cada expressão utilizada pelas partes. 5. Rediscussão de questões já decididas e devidamente fundamentadas. 6. Embargos rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade*, em rejeitar os embargos declaratórios.

Recife, 05 de janeiro de 2010.

Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

010

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0019355-9/01**

**EMBARGANTE:** COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE SALGUEIRO LTDA.

**EMBARGADO:** IAP. S/A – INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**RELATÓRIO**

Cuidam os presentes fólios de embargos de declaração voltados contra acórdão desta Terceira Câmara Cível que, à unanimidade de votos, deu provimento ao apelo interposto pela ora embargada, cuja ementa veio grafada da seguinte maneira:

**Ementa:** *Apelação Cível. Embargos do devedor. Sociedade credora incorporada. Comprovação da sucessão. Ata de assembléia geral extraordinária e protocolo de incorporação. Documentos legíveis. Rejeição da preliminar de ilegitimidade ativa ad causam, e, conseqüentemente, da apregoada prescrição das duplicatas. Possibilidade de aplicação do art. 515, § 3º, do CPC. Ausência de instrumento hábil a provar o pagamento das obrigações. 1 - Se o credor que move a ação de execução é parte ilegítima, outro seria legítimo e poderia querer propor essa mesma ação, já que em se tratando de direitos patrimoniais a prescrição não pode ser decretada de ofício (art. 219, § 5º, do CPC); caberia à parte executada renovar a alegação de prescrição em sua defesa. 2 - A prescrição que é decretada pelo Juiz só deve surtir efeito com relação à parte que é titular dos direitos patrimoniais. Se a exeqüente não é a verdadeira titular desses direitos, caberia simplesmente o reconhecimento de sua ilegitimidade ad causam, pois não se pode querer prejudicar o direito de ação de terceiro não envolvido na lide. 3 - Disso resulta que estamos a averiguar, tão-somente, a extinção do feito sem julgamento do mérito, pois extrapolou o eminente julgador do elemento subjetivo do processo. A prescrição dos títulos, instituto que reclama obviamente sentença de mérito (art. 269, IV, do CPC), aqui foi decretada como consectário lógico da ilegitimidade da parte, aspecto preliminar e central que não guarda relação com matéria de mérito (art. 267, VI, do CPC). 4 - Não há que se falar em ilegitimidade ativa se desde o primeiro momento a parte exeqüente fez prova da*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

15  
012

*incorporação da outra sociedade, demonstrando-se sua legítima sucessora através de documentos legíveis. 5 - Aplicação do art. 515, § 3º, do CPC, para efeito de anular a sentença e proceder com um novo exame da causa pelo próprio Tribunal, julgando totalmente improcedentes os embargos do devedor interpostos pela ora apelada.*

Aduz a embargante a existência de contradição no acórdão, uma vez que havia um agravo de instrumento pendente que não foi apreciado previamente ao apelo, ficando *"caracterizada a renovação da matéria, que não se encontrava preclusa"*; bem como em razão da exclusão da prescrição, sendo esta, no entanto, *"reconhecida tanto na sentença recorrida quanto no Juízo de retratação da decisão agravada"*. No particular, alega que a omissão estaria presente, pelo fato de não haver pronunciamento acerca da interlocutória proferida anteriormente no processo, *"cuja preclusão impedia de reapreciar a questão para modificar o julgado em favor da apelante"*.

Pretende que sejam sanadas essas supostas omissões e contradições, a fim de que atendidas as exigências do prequestionamento.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

012 16 18

VOTO

**EMENTA:** Direito Processual Civil. Embargos de Declaração em Apelação Cível. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Prequestionamento que se deve prender a uma das causas de embargabilidade. Embargos rejeitados. 1. A finalidade do prequestionamento é dar cognoscibilidade futura à matéria que, tendo sido deduzida pelas partes, foi mal aclarada pelo respectivo Tribunal. Contudo, o STJ tem aceitado o prequestionamento implícito, consistente na abordagem, pelo Tribunal local, *"da tese jurídica, sem explicitação do artigo de lei sobre o qual está o embasamento jurídico"*. (AGA 239836 / SP. Rel. Min. Eliana Calmon. Segunda Turma. Maioria. DJ DATA: 24/11/2003 PG: 00238). 2. A teor da decisão embargada, inexistente causa para a interposição dos aclaratórios, pois a matéria recorrida encontra-se explícita e bem delineada. O descontentamento do embargante com o decidido no acórdão não se afeiçoa com a finalidade esclarecedora ou integrativa dos embargos de declaração. 3. A contradição que enseja interposição de embargos declaratórios deve existir dentro do próprio acórdão atacado e não o comparando com outras decisões já prolatadas no processo. 4. O órgão judicial não pode ser compelido a fazer considerações a respeito de todos os pontos arguidos pelas partes. Na realidade, a lei exige que o julgador fundamente a decisão, apresentando os elementos que serviram de base à formação do seu convencimento, desde que sejam estes suficientes ao deslinde da controvérsia. Tendo o magistrado encontrado lastro jurídico suficiente a formular o juízo decisório, não se faz necessária aludir a cada expressão utilizada pelas partes. 5. Rediscussão de questões já decididas e devidamente fundamentadas. 6. Embargos rejeitados.

A doutrina e a jurisprudência pátrias têm admitido a oposição dos embargos de declaração contra qualquer decisão judicial, porque inconcebível que fiquem sem remédio a obscuridade, a contradição ou a omissão eventualmente encontradas no pronunciamento judicial, seja esta sentença, acórdão, decisão terminativa, ou interlocutória. Não sendo verificadas quaisquer dessas hipóteses, não se presta o presente recurso à finalidade legalmente prevista, ainda que sob a escusa de viabilizar o acesso às instâncias superiores.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

013 11

A finalidade do prequestionamento é dar cognoscibilidade futura à matéria que, tendo sido deduzida pelas partes, foi mal aclarada pelo respectivo Tribunal. Contudo, o STJ tem aceitado o prequestionamento implícito, consistente na abordagem, pelo Tribunal local, *"da tese jurídica, sem explicitação do artigo de lei sobre o qual está o embasamento jurídico."* (AGA 239836/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, Maioria, DJ DATA: 24/11/2003)

Assim, a leitura do acórdão revela que os argumentos ventilados nestes embargos declaratórios não compuseram os fundamentos da conclusão do aresto, eis que completamente alheios ao enfoque da questão.

Verifico que a decisão embargada tratou da matéria recorrida de forma explícita e bem delineada, inexistindo, portanto, causa de embargabilidade. O descontentamento do embargante com o decidido no acórdão não se afeiçoa com a finalidade esclarecedora ou integrativa dos embargos de declaração.

No que se refere ao agravo de instrumento interposto anteriormente ao apelo e alegado como causa de contradição, sabe-se que *"não cabem embargos de declaração para obter manifestação do Tribunal sobre questão que, motivadamente, o acórdão embargado reputou impertinente ao caso concreto"*. (RTJ 152/960)

A decisão vergastada de forma fundamentada dispôs sobre a questão, como observado a seguir:

*Embora não haja notícia da subida desse agravo, a pedido da agravada e em vista da retratação do Juízo na sentença monocrática, tenho que em nada influenciará no julgamento da apelação. Em primeiro lugar, está claro que a agravada fez a opção pela unirrecorribilidade, interpondo seu apelo contra a sentença, de caráter mais abrangente, sendo ponto em comum dos recursos apenas a alegada prescrição, que se esgota no seio do mérito que a Câmara de Apelação irá apreciar. Faltava-lhe, portanto, o interesse em requerer a remessa do agravo ao tribunal.*

Ademais, a contradição que enseja interposição de embargos declaratórios deve existir dentro do próprio acórdão atacado e não o comparando com outras decisões já prolatadas no processo, como observamos a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

198  
014

*"A contradição que autoriza os embargos de declaração é do julgado com ele mesmo, jamais a contradição com a lei ou com entendimento da parte" (STJ – 4ª Turma, Resp 218528- SP – Edcl. Rel. Min. César Rocha, j. 7.2.02, rejeitaram os embs., v.u., DJU 22.4.02, p.210), nem a contradição com outra decisão proferida no mesmo processo (STJ – 4ª Turma, Resp 36405-1-MS – Edcl. rel. Min. Dias Trindade, j. 29.3.94, rejeitaram os embs., v.u., DJU 23.5.94, p. 12612).*

Impende ressaltar, ainda, que o órgão judicial não pode ser compelido a fazer considerações a respeito de todos os pontos arguidos pelas partes. Na realidade, a lei exige que o julgador fundamente a decisão, apresentando os elementos que serviram de base à formação do seu convencimento, desde que sejam estes suficientes ao deslinde da controvérsia. Tendo o magistrado encontrado lastro jurídico suficiente a formular o juízo decisório, não se faz necessário aludir a cada expressão utilizada pelas partes.

Por isso mesmo, inexistente omissão no acórdão que, apesar de não fazer menção expressa ao dispositivo legal, analisa de forma clara a questão posta em julgamento, apresentando os fundamentos para o não acolhimento da pretensão, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, nos termos dos arestos a seguir colacionados, *in litteris*:

Ementa: *PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).*

ACÓRDÃO. *OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. A nulidade do julgamento por omissão tem por pressuposto a necessidade de a Câmara pronunciar-se sobre o ponto. Se a fundamentação da conclusão a que chegou independe do enfrentamento dos dispositivos legais citados pela parte, inexistente omissão sanável através de embargos de declaração. Recurso não conhecido. (Resp 88365/SP, Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, DJ 17.06.1996 p. 21497)*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

Sendo assim, percebe-se que a embargante tenta rediscutir questões já decididas e devidamente fundamentadas. Entretanto, os embargos declaratórios não se prestam a esse fim, possuindo natureza meramente integrativa.

Destarte, a despeito da ausência de qualquer uma das causas de embargabilidade, conheço dos embargos declaratórios simplesmente para rejeitá-los, desde que satisfeitas as exigências do prequestionamento.

É como voto.